

Ações subsidiárias das Forças Armadas na Amazônia e seus reflexos na segurança e no desenvolvimento

José Luis Gonçalves Menin

General-de-Brigada, estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra em 2006

Introdução

[...]sem diminuir sua capacidade militar, sem concorrer com a atividade civil particular, levar as Forças Armadas a colaborar decisivamente nas obras de bem-estar público, [...] pressupõe ligá-las, intimamente, aos interesses e ideais da sociedade, para promover a harmonia e benefícios mútuos, em um ordenado espírito de cooperação, [...] (Onganía, Juan Carlos. Tenente-General argentino West Point, EUA. 5ª Conferência dos Exércitos Americanos, 2002)

A função social exercida pelas Forças Armadas por meio de Ações Subsidiárias tem fortalecido a Segurança e proporcionado o Desenvolvimento Nacional na Amazônia Brasileira! (o autor)

A Amazônia Brasileira – Amazônia Legal –, criada pela Constituição de 1946 e regulamentada por Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, com vistas à necessidade do Governo de planejar o desenvolvimento da região, é constituída pelos territórios dos Estados do Pará, Amazonas, parte do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, e dos antigos territórios, hoje Estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia.

A Amazônia Legal ocupa uma superfície de aproximadamente 5.217.000 (cinco milhões e duzentos e dezessete mil) Km², cerca de 60 (sessenta) % do território brasileiro, tem uma fronteira de 11.000 (onze mil) Km, um litoral com mais de 1.660 (mil seiscentos e sessenta) Km, e o Rio Amazonas como sua principal referência, sendo que este é o maior da terra em volume de água, constitui-se em 1/5 (um quinto) da água doce do globo e estende-se por 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) Km² em território brasileiro. Essa imensa área é coberta por cerca de 1/3 (um terço) das florestas tropicais da Terra, formando o maior ecossistema do planeta. É detentora de exuberantes fauna e flora e rica de recursos minerais, inclusive os radiativos, e seus rios, com 23.000 (vinte e três mil) Km navegáveis oferecem um grande potencial no campo da energia elétrica. O clima é equatorial quente e úmido.



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre – navegação, pesquisa.

As imensas e ricas reservas de origem vegetal e mineral, incluindo os minerais radiativos, as reservas de gás, de água potável, a par das atitudes dos governos e da maioria dos brasileiros, têm levado a imprensa mundial a transmitir idéias de internacionalização da Amazônia, aceitas e afirmadas por grupo de países, dentro dos mais variados pretextos, como o direito à exploração de riquezas, liberdade de navegação nos rios, busca de espaço demográfico, deveres ecológicos, e outros.

Esse processo de internacionalização e de várias outras ameaças, atualmente ligadas à biodiversidade, à ecologia e às áreas indígenas avançam com o apoio promovido por organizações não-governamentais, subsidiadas por governos ou por empresas multinacionais, ao tempo em que o Poder Público, seja federal, estadual ou municipal, encontra muitas limitações para conduzir atividades sócio-econômicas, de desenvolvimento e de integração.

A concepção do preparo e emprego das Forças Armadas brasileiras têm sofrido significativas mudanças, pois sem prejuízo de suas atividades-fim, realizam missões não militares ligadas às aspirações e soluções de problemas nacionais, voltados, principalmente, para o desenvolvimento sócio-econômico e para as atividades de segurança, denominadas como Atividades ou Ações, Subsidiárias ou Complementares.

BASE LEGAL E DOUTRINÁRIA

A base legal para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas encontra-se definida nos seguintes instrumentos: Constituição, Lei

Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (modificada pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004), Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005 e Decreto nº 2.959, de 10 de fevereiro de 1999.

Da análise da legislação que compõe a base legal conclui-se que:

• A Lei Complementar nº 97, de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2004, estatui às Forças Armadas:

1. como Atribuição Subsidiária Geral (Art. 16), cooperar com o Desenvolvimento Nacional e cooperar com a Defesa Civil, integrando as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social.

• **Cooperar com o Desenvolvimento Nacional** significa participar, em caráter subsidiário, de iniciativas levadas a efeito pelo Governo Federal para reduzir os desequilíbrios sócio-econômicos; traduz-se no desenvolvimento de ações nos campos científico-tecnológico e sócio-econômico em proveito da comunidade nacional.

• **Cooperar com a Defesa Civil** significa a participação, em caráter episódico, realizando ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

2. como atribuições subsidiárias particulares, as ações previstas nos artigos 17, 17 A e 18.

• O Decreto nº 5.376, de 2005 integra as Forças Armadas ao Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC.

• O Decreto nº 2.959, de 1999, estabelece a participação dos Comandos Militares na Força – Tarefa, para o monitoramento, a prevenção, a educação ambiental e o combate a incêndios florestais na Amazônia Legal.

A base doutrinária para o estudo em questão está consubstanciada, particularmente, no Manual Básico da Escola Superior de Guerra e em publicações afetas ao Ministério da Defesa.

- **Desenvolvimento Nacional** é o processo que pode ser compreendido pela análise da evolução de seu Poder, na transformação que a sociedade, indivíduo ou grupo, incluso o militar, é capaz de realizar, na busca e manutenção do Bem Comum, nem sempre podendo ser apresentado quantitativamente.
- **Segurança Nacional** é o sentimento de garantia para a Nação, da conquista e preservação dos seus Objetivos Fundamentais - por ameaças da área externa ou por insegurança individual e/ou comunitária que tenha atingido alto grau de generalização e gravidade -, proporcionada pela aplicação do seu Poder Nacional.
- **Segurança Individual** é a garantia ao homem dos direitos de liberdade, de propriedade, de locomoção, de proteção contra o crime e, bem como, o encaminhamento de soluções de seus problemas básicos como; saúde, educação, justiça e subsistência.

- **Atividades Subsidiárias** são, de maneira geral, as ações que as Forças Armadas realizam complementando as atividades de outros órgãos ainda carentes de meios (materiais e segurança) para atender à essas. São denominadas, ainda, de Ações Subsidiárias ou Atividades Complementares.

AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA

O Exército integrou campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social, particularmente de saúde, em benefício da população e realizou outras atividades subsidiárias, mercê de sua estrutura organizacional, articulação, presença nacional e de sua capacidade de planejamento e de execução da missão. Na Amazônia, destacam-se as seguintes:

- **Ações conjuntas com o Ministério da Saúde** visando à vacinação, à imunização e ao combate à dengue e à malária.
- **Participação no Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS**, cooperando para o mapeamento epidemiológico e no controle de DST.
- **Participação no Programa Nacional de Emunobiológico**, produzindo plasma hiperimune para a confecção de soro antiofídico no Instituto de Biologia do Exército.
- **Distribuição de soros antiofídicos** para os Postos de Saúde da Região Amazônica.
- **Participação na Campanha Nacional contra a Raiva**, vacinando animais domésticos nos espaços mais remotos da Amazônia.
- **Participação na Campanha Emergencial de Distribuição de Alimentos**, do Programa Fome Zero.
- **Distribuição emergencial de água** nos municípios atingidos pela seca.
- **Realização de diversas ações assistenciais e emergenciais** de saúde, imunização, saneamento básico, apoio a Agentes Comunitários de Saúde, de Farmácia Básica e de Assistência Farmacêutica (ACISO), com a cooperação dos órgãos de saúde, em benefício de várias cidades dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.
- **Assistência a menores carentes**, em situação de risco social, nos pelotões de fronteira, proporcionando-lhes educação geral, cívica e profissionalizante, alimentação, assistência médico-odontológica e pedagógica, esporte e lazer, abrindo a oportunidade de inserção desses jovens à cidadania. Encaminhamento de alguns, em idade mais avançada, posteriormente a sua profissionalização, ao mercado de trabalho.
- **Preservação do meio ambiente**, em conjunto com as comunidades, com a ação denominada “Verde no Verde”.

- **Cooperação com os órgãos de preservação ambiental**, fornecendo o apoio logístico para as atividades de fiscalização ambiental.
- **Execução de obras e serviços de engenharia**, também denominadas de cooperação, realizando obras de apoio à infra-estrutura sócio-econômica. Essas consistem, basicamente: na construção, pavimentação, restauração e conservação de estradas; na construção e manutenção de pontes, viadutos e túneis; na construção e manutenção de instalações de portos, aeroportos e aeródromos; na construção de escolas e postos de saúde; na construção e manutenção de açudes, barragens, poços artesianos, tubulações de água e esgotos; no tratamento de água potável; e, ainda, no mapeamento e demarcação de áreas e instalação de pequenas centrais hidrelétricas e termoelétricas, na faixa de fronteira.

Como exemplos pode-se citar as rodovias e suas obras de arte, Manaus-Caracará-Boa Vista, Porto Velho-Manaus, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul; os portos de Manaus, Itacotiara, Belém e Parintins; os aeroportos de Manaus, Marabá, Assis Brasil, Porto Velho e Marco BV-8. Os portos de Manaquiri, Urucará, Manicoré, Eirunepé e Cainágua/Porto Velho, são projetos a serem iniciados ainda em 2006.

- **Iniciativas do Instituto Militar de Engenharia:**

1. Criação de um centro de excelência de engenharia rodoviária, com a participação do Ministério dos Transportes e de algumas entidades civis, como universidades e centros de pesquisas, com o objetivo de cuidar da pesquisa de novas tecnologias para obras rodoviárias, com grande alcance de aplicação na área amazônica, bem como do desenvolvimento de projetos de infra-estrutura viária para todo o País.
2. Envio dos alunos do 5º ano de graduação, de todas as especialidades de engenharia, e dos alunos de alguns cursos de pós-graduação, para prestarem serviços de engenharia a unidades militares, comunidades e órgãos civis selecionados da Região Amazônica, além de realizarem experimentos científicos. Este projeto iniciou-se em 2003, com o nome de Operação Ricardo Franco.
3. **Colaboração para a execução do Programa Institucional Científico-Tecnológico de Apoio à Defesa e ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – CT AMAZÔNIA**, constituído de vários projetos de pesquisa.

Como exemplo de benefícios proporcionados por esses projetos, cita-se:

- recuperação da barragem de Pacaraima – RR e a construção da barragem da Comunidade Indígena do Balaio (São Gabriel da Cachoeira – AM);

- construção de pequenas centrais hidrelétricas – PCH, na região das instalações dos pelotões de fronteira, em benefício das comunidades militar e adjacente;
- tratamento de Esgoto e Lixo, beneficiando os pelotões e pequenas comunidades da região amazônica; e
- instalação e implementação de acesso à Internet, via antena geral, às populações interioranas.

ATIVIDADES SUBSIDIÁRIAS DA MARINHA NA AMAZÔNIA

Constata-se que a Marinha vem cumprindo tarefas subsidiárias de contribuição para o Bem Comum e o desenvolvimento nacional, reafirmando, como um Ente do Estado, a presença deste na Amazônia. Dentre outras, na Região Amazônica destacam-se:

- **Atendimento a populações ribeirinhas** com três navios-hospitais (NAsH): “Oswaldo Cruz”, “Carlos Chagas” e “Dr. Montenegro”, denominados Navios da Esperança. Essas embarcações realizam atendimentos odontológicos, de enfermarias, de farmácia, de laboratório, de vacinação e operações de médio porte. Dispõem, também, de Lanchas de Ação Rápida e operam com helicópteros UH-12 Esquilo, para o atendimento de urgência e em lugares de difícil acesso. Seguem-se algumas atividades assistenciais:
- Assistência médica e odontológica a comunidades situadas nas imediações de Itacoatiara (AM), na área da Operação “RIBEIREX”.
- Atividades assistenciais a cerca de 31.000 pessoas nas proximidades da cidade de Marechal Thaumaturgo – AC, incluindo moradores das aldeias indígenas das tribos Katukinas, Ashanincas e Kulinas.
- Realização de cerca de 3.000 procedimentos de saúde às comunidades ribeirinhas do rio Tarauacá, sendo que os municípios de Feijó e Tarauacá, no Acre, foram atendidos por helicóptero.
- Realização de cerca de 11.000 ações de saúde, alcançando a cidade de Santa Rosa do Purus (AM), na fronteira com o Peru.
- Realização de atendimentos médico, odontológico e sanitário a cerca de 10.000 pessoas às margens do rio Purus e Iaco (AM e AC).
- Realização de mais de 110.000 procedimentos – vacinação, exames médicos, pequenas cirurgias, análises clínicas, orientação sanitária, tratamento dentário, parto normal, cesariana, evacuação aeromédica e palestras - e assistência a 58 comunidades isoladas da região do Acre e do Alto Juruá.
- Realização de ações de assistência odontológica, médica e orientação sanitária para as comunidades próximas à área da Operação Negro I.
- Realização de mais de 11.000 procedimentos (vacinação, exames médicos, pequenas cirurgias, análises clínicas, orientação sanitária,

tratamento dentário, parto normal, cesariana, evacuação aeromédica e palestras, dentre outros) e assistência a 58 (cinquenta e oito) comunidades isoladas, ao longo dos rios Solimões e Juruá, a uma distância de 3.600.Km de Manaus.

- Os Relatórios do Comando de Operações Navais apontam os índices atingidos nas comissões dos Navios de Assistência Hospitalar na Amazônia: 167.522 atendimentos em 2004, 161.197 em 2005 e 149.243 até junho de 2006.
- **Atividades de orientação e fiscalização do tráfego** aquaviário na região e preservação ambiental, em conjunto com outros órgãos governamentais. **Operação Chance para Todos, Programa de Segurança da Navegação e Comitê Técnico da Bacia Amazônica.** Alguns são realizados mais de uma vez ao ano.
- **Atividades de apoio** aos órgãos estaduais de promoção social, de defesa, de esporte e de lazer (**Comissão Estado**).
- **Atividades de apoio** aos órgãos de repressão ao contrabando, ao descaminho e ao narcotráfico, particularmente pelos navios de Patrulha Fluvial.
- **Construção de lanchas de alumínio**, de apoio médico (LAM), de ação rápida (LAR) e de patrulha fluvial (LPF) pela Base Naval de Val-de-Cães, para atender aos órgãos de saúde, de segurança, de defesa civil e de proteção ambiental.

AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DA AERONÁUTICA NA AMAZÔNIA

A Força Aérea, por intermédio de Ações Subsidiárias, vem ao longo dos anos desempenhando o papel de provedor da integração e do desenvolvimento econômico da Região Amazônica por intermédio da prestação do apoio logístico aos órgãos governamentais, às organizações militares terrestres, à povoação local e às comunidades isoladas, tendo por base, particularmente, uma pequena pista de pouso localizada junto à unidade de fronteira. As suas aeronaves constituem, na maioria das vezes, o único contato físico desta comunidade com a civilização. Entre tantas Ações, destacam-se:

- **Ação Cívico-Social** em apoio aos órgãos de saúde e social nas cidades de: Envira, Eirunepé, Santa Isabel do Rio Negro, Yauareté, Lábrea, Tefé e Boca do Acre. Em cinco anos alcançou cerca de 24 municípios, num total de 37.370 atendimentos odontológicos e médicos, particularmente a comunidades de difícil acesso.
- **Missão de Misericórdia (MMI)** com atendimento médico, odontológico, de emergência e transporte aéreo de medicamentos, de enfermos ou de pessoas com outras carências (excluídas as vítimas de acidentes aeronáuticos e marítimos). Conforme inventário da FAB foram

realizadas 76 missões durante o ano de 2004, totalizando 187 pacientes transportados. Em 2005, 124 missões e 242 transporte de pacientes. No primeiro semestre de 2006 o total de horas voadas neste mister já atinge a 99 horas.

- **Operação “Gota”** que é um programa conjunto de multivacinação com o Ministério da Saúde e órgãos estaduais e municipais. Vem sendo realizado a nove anos em comunidades indígenas e áreas rurais nos Estados do Pará, Amapá, Amazonas, Acre e Roraima.
- **Operação “COMAR SECO”** que atendeu a 36 municípios do Estado da Amazônia e 5 do Estado do Pará, transportando carga, cestas básicas e kit médicos.
- **Programa “Alerta Brasil”** que visa a prestação do apoio aéreo para ajudar na localização e na prestação de primeiros socorros às vítimas e no resgate de acidentados.
- **Controle das atividades da Aviação Civil**, bem como as ações de estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. De maneira geral, algumas competências do Departamento de Aviação Civil (DAC) foram transferidas para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), criada a partir de março de 2006.
- **Detecção de tráfego aéreo desconhecido**, pelo CINDACTA, que vem colaborando, sobremaneira, para a segurança e auxiliando a outros órgãos responsáveis pelo combate ao descaminho, ao contrabando e ao narcotráfico. Em 2005, foram detectados, registrados e acompanhados cerca de 4.000 vôos desconhecidos e identificados 662 aeródromos não regularizados.
- **Plano de Apoio à Amazônia (PAA)** que presta apoio logístico ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), às unidades militares instaladas na região, bem como as comunidades próximas a estas ou servidas por aeródromo.
O SIVAM é uma rede de radares, satélites e sensores que fornece milhares de informações sobre desmatamentos, queimadas na floresta, tráfego aéreo, fronteiras agropecuárias e campos minerais, entre outras.
Os relatórios deste Plano contemplam as seguintes horas voadas nestes atendimentos: 11.110 em 2004 e 10.812 em 2005. Ainda não está oficializado os dados referentes ao período de 2006.
- **Correio Aéreo Nacional (CAN)** que promove a integração de cidades e comunidades, a inclusão social e de saúde e leva auxílio e esperança às populações mais remotas e carentes. Transportando agentes prestadores de serviços do Estado, remédios, livros e alimentos e mesmo realizando atendimentos médicos de emergência ou informações, voa nas seguintes rotas na Região Amazônica:

CAN ACRE, com origem na cidade de Rio Branco: Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Marechal Thaumaturgo e Cruzeiro do Sul;

CAN JURUÁ, com origem na cidade de Tefé: Juruá, Carauari, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Guajará;

CAN ALTO-SOLIMÕES, com origem na cidade de Manaus: Alvarães, Santa Isabel do Rio Negro, Japurá, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença, Juruá e Anori;

CAN EXPRESSO, com origem na cidade de Manaus: Tapauá, Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Feijó, Tarauacá, Guajará, Ipixuna, Eirunepé e Carauari;

CAN JURUÁ-MADEIRA, com origem na cidade de Manaus: Urucurituba, Novo Aripuanã, Apuí, Pauini, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Cruzeiro do Sul, Envira e Itamarati;

CAN PURUS, com origem na cidade de Rio Branco: Canutama, Labrea, Pauini e Boca do Acre; e

CAN RONDONIA, com origem na cidade de Porto Velho: Guajara-Mirim, Costa Marques, Vilhena, Rolim de Moura e Machadinho do Oeste.

Conforme relatório das Missões CAN, no 1º Semestre de 2006 foram voadas 345 horas, atingindo um número total de 10.082 atendimentos.

AÇÕES SUBSIDIÁRIAS COM O EMPREGO DAS FORÇAS NA AMAZÔNIA

A seguir, descreve-se duas das diversas ações com o emprego simultâneo dos Comandos Militares, Instituições e Órgãos Governamentais, realizadas na área amazônica e de grande significado para a segurança e o desenvolvimento.

• Programa Calha Norte

Foi instituído pelo Governo Sarney (1985), com os objetivos de povoar, realizar o atendimento social e incentivar o desenvolvimento econômico da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, proporcionando, em consequência, uma maior integração desta área ao restante do País.

O aumento da presença militar na área tornou-se importante como elemento de fixação das populações e de apoio à criação de pólos de desenvolvimento político-sócio-econômico, a exemplo de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

A Marinha contribuiu para a consecução dos objetivos do Programa Calha Norte, com seus pontos de apoio operacional marítimo, com a realização de atividades de segurança, de controle e de patrulhamento da navegação fluvial e com as ações de assistência hospitalar.

O Exército contribuiu, com a ativação dos pelotões especiais de fronteira (lauretê, São Joaquin, Queraí, Maturacá e Pari-Cachoeira, no Amazonas, Ericó, Auaris e Uiramutã, em Roraima, e Tiriós, no Pará), com os serviços de saúde para a população, com os sistemas de comunicações que permitiam a ligação com outros centros da região e do País e com o recebimento de imagens de

televisão. Destinou, ainda, um pavilhão do pelotão, chamado “De Terceiros”, para o uso de outros órgãos do Governo.

A Força Aérea ofertou o apoio logístico de transporte aéreo, a construção de pistas de pouso e aeródromos, as alternativas de segurança para a aviação civil e os levantamentos aéreos da região.

As Forças Armadas contribuíram, de maneira especial, para que outros ministérios e órgãos federais e estaduais cumprissem suas atividades de oferta de Recursos Sociais Básicos (saúde, assistência social, educação e saneamento básico) e de fiscalização.

• **Cooperação com a Defesa Civil** (Incêndio em Roraima)

Os focos de incêndio atingiram praticamente todo o Estado de Roraima, abrangendo uma extensão aproximada de 400 Km. As áreas mais afetadas se concentravam em regiões de assentamentos e vilas agrícolas, tendo sido contabilizados, em 26 de março, 46 focos.

Ao ser constatada uma situação de calamidade pública, o Governador do Estado decidiu reunir, todos os meios disponíveis para, com a colaboração de elementos externos ao Estado de Roraima, atuar de forma decisiva e atribuir ao Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva a função de Coordenador Geral da Operação.

As ações das Forças Armadas, de resposta aos desastres permitiram:

- O controle de sinistros.
- O socorro às populações em risco.
- A assistência às populações afetadas.
- A reabilitação dos cenários dos desastres.
- O retorno da população à área.
- A oportunidade da implantação de projetos de desenvolvimento sócio-econômico.
- O embasamento para a instituição do Decreto nº 2.959, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o combate a incêndios florestais na Região Amazônica e a criação de uma Força-Tarefa para essa missão.

REFLEXOS NA SEGURANÇA E NO DESENVOLVIMENTO

A seguir, exemplifica-se alguns reflexos na segurança e no desenvolvimento, pelas Ações Subsidiárias das Forças Armadas na Amazônia.

Reflexos na Segurança

Redução ou extinção de focos de insegurança no âmbito interno pelo (a):

- esclarecimento à população realizado durante as atividades subsidiárias;
- aumento da segurança militar na área, pela própria presença das Forças;

- aprimoramento dos sistemas de defesa, vigilância e controle, da fronteira, do espaço aéreo e das vias fluviais;
- diminuição ou eliminação das ameaças ou desafios;
- priorização do desenvolvimento e vivificação da Faixa de Fronteira;
- intensificação das atividades de inteligência;
- inibição do trânsito ilegal de estrangeiros, do narcotráfico e da evasão de riquezas minerais e biológicas na Faixa da Fronteira, pela ação de órgãos responsáveis, com o apoio logístico militar;
- participação crescente da população na segurança individual e comunitária, beneficiada pela formação educacional, cívica e cultural;
- interiorização de pólos de desenvolvimento e de fixação da população;
- contribuição para a implementação de projetos, particularmente Calha Norte e SIVAM;
- intensificação da assistência social, em particular em regiões desfavorecidas ou atingidas por calamidades públicas; e
- ampliação e abertura de vias de transporte e de comunicação.

Reflexos no Desenvolvimento

Fortalecimento e aperfeiçoamento do Poder Nacional pelo (a):

- implantação de geradores de energia, usando a infra-estrutura dos pelotões de fronteira;
- resultado das pesquisas “CT Amazônia” que beneficiam várias atividades e setores: construção de estradas e açudes, produção de energia elétrica e sistemas de captação, de tratamento e de distribuição de água;
- realização de inúmeras obras de infra-estrutura sócio-econômica em regiões inóspitas, onde a iniciativa privada não possui interesse em atuar;
- elaboração de Plano Diretor para o desenvolvimento das cidades;
- construção, ampliação e manutenção de aeródromos, aeroportos e pistas de pouso, garantindo uma operação segura das aeronaves;
- construção de instalações de portos;
- elaboração de projetos de infra-estrutura, adequados às necessidades de crescimento dos municípios;
- estímulo às atividades educacionais e econômicas em núcleos populacionais;
- ampliação das relações bilaterais com os países limítrofes, em particular com a Guiana e o Suriname, pela implementação de rodovias até as fronteiras;
- realização de obras de manutenção e reparação em escolas públicas, proporcionando as facilidades para o ensino e a formação de cidadãos capacitados à promoção do desenvolvimento regional;

- participação na qualificação do pessoal (saúde e profissional), beneficiando a indústria regional;
- orientação de trabalhos agropecuários, em especial nas regiões fronteiriças, realizada pelos técnicos transportados e apoiados com meios militares; e
- monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais da Amazônia.

CONCLUSÃO

A Amazônia Brasileira, concentradora da maior bacia hidrográfica, do maior manancial de água doce do planeta, de diversos corredores ecológicos, de áreas de preservação ambiental, de terras indígenas, do maior potencial mineral do mundo (ouro, estanho, nióbio, petróleo, gás natural, potássio, manganês, ferro, cromo, bauxita, cassiterita e outros), de 30% da biodiversidade do planeta, de insumos medicinais, é também uma região de acentuado vazio demográfico (2 Hab/Km²), de presença deficiente do Estado, de carência assistencial em saúde e educação e de oportunidade a crimes ambientais, ao contrabando, ao descaminho de minerais e à biopirataria e ao tráfico de drogas. Estes fatores continuam a propiciar desejos a grupos estrangeiros pela região.

A presença militar na Região Amazônica veio a constituir-se no grande esforço governamental de realização de ações do Estado para a manutenção da integridade territorial e soberania da Nação, nesta vasta e remota região.

Sem prejuízo de sua missão maior -Defesa da Pátria-, as Forças Armadas realizam Atividades Subsidiárias ligadas às aspirações e soluções de problemas da Região Amazônica, voltadas, principalmente, para a segurança e o desenvolvimento sócio-econômico. Neste mister:

1. cooperam com o (a):

- **Estado**, permitindo ao mesmo a criação de condições para que o indivíduo possa viver em liberdade e bem estar;
- **outros órgãos**, na realização de atividades para as quais estes se apresentam com carências de meios materiais e de segurança;
- **Defesa Civil**, prestando socorro às populações atingidas por calamidades públicas, com vistas à redução dos desastres, a preservação do moral da população e o restabelecimento da normalidade social;
- **Desenvolvimento Nacional**, realizando ações nos campos científico, tecnológico, social e econômico, com o intuito de diminuir os desequilíbrios sócio-econômico em comunidades preestabelecidas; e
- **Segurança Individual**, garantindo ao homem os seus direitos, incluso o de locomoção, bem como o encaminhamento de soluções aos problemas, dentre outros, de saúde e educação.

2. proporcionam e estimulam o (a):

- adensamento populacional na área das fronteiras;
- execução de ações por outros Entes do Estado;
- atividades educacionais e econômicas;
- oferta de recursos sociais básicos (saúde, assistência social, educação, saneamento básico, e outros); e
- criação de pólos de fixação da população e do desenvolvimento, a exemplo de São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Estirão do Equador, lauretê, Maturacá, Vila Bitencourt e Tabatinga, no Estado do Amazonas; Oiapoque, Caracaraí, Normandia, Boa Vista, Bonfim e Guajará Mirim, no Estado de Roraima; Porto Velho, Uiramutã, Vilhena e Príncipe da Beira, no Estado de Rondônia; Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro e Brasília, no Estado do Acre; e Tiriós no Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Hélio. **Ação Coordenada do Governo Federal na Amazônia**. Brasília, DF, Ministério do Planejamento, 1968.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Palestra do Comandante da Aeronáutica** aos Cursos de Altos Estudos das Escolas Superior de Guerra, de Guerra Naval e de Comando e Estado-Maior do Exército e da Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro, RJ: ECEMAR, 2006.

_____. Comando da Aeronáutica **Relatórios e documentos**: Manaus, AM: 7º COMAR, 2006 e Belém, PA: 1º COMAR, 2006.

_____. Comando do Exército. **Palestra do Comandante do Exército** aos Cursos de Altos Estudos das Escolas Superior de Guerra, de Guerra Naval e de Comando e Estado-Maior do Exército e da Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro, RJ: UFA, 2006.

_____. Comando do Exército. **Palestra do Chefe do Departamento de Engenharia e Construção**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 2006.

_____. Comando do Exército. **Palestra do Chefe do Departamento de Engenharia e Construção**. Brasília, DF: DOC 1997.

_____. Comando do Exército. **Palestra do Instituto Militar de Engenharia**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 2006.

_____. Comando do Exército. **Relatórios e documentos**. Brasília, DF: COTER, 2006.

_____. Comando da Marinha. **Palestra do Comandante da Marinha** aos Cursos de Altos Estudos das Escolas Superior de Guerra, de Guerra Naval e de Comando e Estado-Maior do Exército e da Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2006.

_____. Comando da Marinha. **Palestra do Comandante do 4º Distrito Naval** ao Comandante de Operações Navais. Belém, PA, 2006.

_____. Comando da Marinha. **Palestra do Comandante do 9º Distrito Naval** aos alunos do Curso de Estado-Maior para oficiais superiores da Escola de Guerra Naval. Manaus, AM, 2005.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 23 ed. atual. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 2.959, de 10 de fevereiro de 1999. Medidas a serem implementadas na Amazônia Legal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. Sistema Nacional de Defesa Civil e o Conselho Nacional de Defesa Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas. (modificada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004). **da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Ministério da Defesa. Ciclo de Debates do **Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança**. v. 1 - Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil. Brasília, DF: MD, 2004.

_____. Ministério dos Transportes. Conselho Nacional de Transportes. **Plano de Viação: Evolução Histórica (1808 - 1973)**. Rio de Janeiro, RJ, 1973.

CAVALCANTI, Costa. **Brasil Potência**. São Paulo, SP, Reunidas, 1972.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 1977.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual Básico**: Assuntos Específicos. Rio de Janeiro, RJ:À Escola, 2005. v.2.

_____. **Manual Básico**: Elementos Doutrinários. Rio de Janeiro, RJ:À Escola, 2005. v.1.

FAGUNDES, Seabra. **As Forças Armadas na Constituição**. Rio de Janeiro, RJ, Biblioteca do Exército, 1955.

MALAN, Alfredo Souto. **Os Batalhões de Engenharia de Construção na Amazônia**. Brasília, DF, Departamento de Engenharia e Construção, 1967.

MORLA CONCHA, MANUEL. General peruano. **5ª Conferência dos Exércitos Americanos**. West Point, USA, 2002.

ONGANÍA, Juan Carlos. Tenente-General argentino. **5ª Conferência dos Exércitos Americanos**. West Point, USA, 2002.

REVISTA NOMAR. Brasília, DF: SRPM, n-758, jun. 2005.

_____. Brasília, DF: SRPM, n-759 jul. 2005.

_____. Brasília, DF: SRPM, n. 763, nov. 2005. ed especial.

_____. Brasília, DF: SRPM, n. 764, dez. 2005.

_____. Brasília, DF: SRPM, n. 765, jan. 2006.

_____. Brasília, DF: SRPM, n. 767, mar. 2006.

_____. Brasília, DF: SRPM, n. 769, maio 2006.

REVISTA 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, Manaus, AM: 2º GEC, N. 1, jul. 1992

REVISTA VERDE-OLIVA. Brasília, DF: CCOMSEX, n.186, out/nov/dez 2005.

_____. Brasília, DF: CCOMSEX, n. 188, abr/maio/jun 2006.

ROCHA, Tarcísio Alves da. **Participação da Engenharia Militar do Exército Brasileiro no Desenvolvimento Nacional**. Trabalho proposto para publicação no Boletim Informativo da XX Conferência dos Exércitos Americanos. Brasília, DF, 1998.